

## Mídia e Populismo/ Populismo e Mídia

### Media and populism/Populism and media

**Maria Helena Capelato**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil e professora titular do Departamento de História da mesma instituição. Especialista na área de História da América, tem realizado pesquisas sobre Imprensa, Liberalismo, história comparada (Varguismo e Peronismo), cultura e política na América Latina e história dos intelectuais da América Latina.

PPG|COM Programa de Pós-Graduação  
COMUNICAÇÃO UFF  
MESTRADO E DOUTORADO

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

CAPELATO, Maria Helena, *Mídia e Populismo/ Populismo e Mídia*. In: **Revista Contracampo**, v.28, n.3, ed. dez-mar, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. Pags: 52-72.

**Edição 28/2013**

**Contracampo**  
Niterói (RJ), v. 28, n. 3, dez-mar/2013.  
[www.uff.br/contracampo](http://www.uff.br/contracampo)

e-ISSN 2238-2577

**Enviado em: 30/12/2013**

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como

## **Resumo**

Este texto tem como objetivo refletir sobre a relação entre mídia e populismo tendo como eixo central de análise a experiência histórica do “varguismo”. Procuo mostrar como essa experiência foi analisada por intelectuais que procuraram explicá-la a partir do conceito de populismo, e procuro mostrar também de que forma a mídia, ou mais especificamente os jornais brasileiros de grande circulação, transformaram os termos populismo/populista em arma de luta política. Para a realização deste exercício analítico, considero necessário abordar o significado da mídia na sociedade e na política da época e os múltiplos sentidos do termo populismo.

**Palavras-chave:** populismo, imprensa, política.

## **Abstract**

This text aims to reflect on the relationship between media and populism with the central axis of analysis the historical experience of “varguism”. I try to show how this experience was analyzed by intellectuals who defined it based on the concept of populism and I also try to show how the media, more specifically Brazilian newspapers of general circulation, turned the terms populism/populist in weapon of political struggle. To realize this analytical exercise, I considered necessary to discuss the significance of the media in society and politics of this time and the multiple meanings of the term populism.

**Keywords:** populism, media, politics.

## I – Mídia e política

A imprensa, primeira expressão das mídias, foi definida como 4º poder porque a ela se atribuía o papel de vigiar os demais. Na atualidade, não só a imprensa como os outros veículos de comunicação de massas ampliaram muito esse poder inicial ao se tornarem indústria, das mais poderosas, que detém poder econômico e político. Portanto, sua capacidade de conquistar os “corações e mentes” aumentou significativamente.

A crença nas possibilidades de conquista do público leitor é antiga, como mostra a definição sobre o jornal, de autoria de Plínio Barreto, publicada em 1928. Segundo o jornalista, o jornal constituía para o público “uma verdadeira benção porque o dispensa do trabalho de formar opinião e formular ideias: dá-lhas já feitas e polidas todas as tardes, sem disfarces e sem enfeites, lisas, claras e puras” (*O Estado de S. Paulo*, 14/01/1928).

Obviamente, esta definição é datada, pois o jornal impresso já foi amplamente superado pela mídia televisiva e eletrônica. No entanto, todas elas, das mais simples às mais sofisticadas, continuam se preocupando em “conquistar os corações e mentes” de um público consumidor cada vez mais ávido de novidades.

Não se pode negar que a imprensa, de ontem e de hoje, têm uma importância fundamental quando se trata de garantir direitos dos cidadãos e denunciar abusos do poder, como foi preconizado no passado quando a ela foi atribuída a “missão” de vigiar e tornar transparente a atuação dos governantes e representantes do povo. O direito à informação – informação pública – é fundamental para o processo democrático, como mostra João Almino em sua obra *O Segredo e a Informação* (1986). O autor esclarece que esse direito não é necessariamente transformador da realidade, mas é a base para qualquer reivindicação de mudanças.

Cabe destacar uma especificidade importante das mídias, ou seja, elas representam uma moeda de duas faces: uma pública e outra privada, porque atuam tanto como instituição pública e, neste caso, seu compromisso está relacionado com a “opinião pública”, cabendo a elas o papel de expressá-la e formá-la; mas também se

constituem como empresas privadas que produzem uma mercadoria voltada para o lucro (Capelato, 1989).

O que me interessa discutir neste texto é a atuação política de jornais brasileiros nos anos 1950-1964 (que alguns autores definem como “período populista” ou a “Era varguista”), procurando relacioná-la com o “fenômeno do populismo”. A propósito da atuação da mídia na luta política, menciono uma frase significativa de Samuel Wainer. O jornalista comentou: “O poder da imprensa na história do Brasil é quase monopolista porque liderou e comandou os movimentos políticos de maior significação no país” (Wainer, 1986).<sup>2</sup>

A importância da imprensa na política também foi destacada por Francisco Weffort (1984). O cientista político escreveu um artigo no qual afirmou “Jornais não são partidos. Mas como se parecem às vezes!”. A colocação é pertinente porque, sobretudo num país de estrutura partidária frágil, como o Brasil, as mídias exercem papel semelhante aos dos partidos, chegando a sobrepujá-los. Cabe lembrar a atuação dos jornais e televisão na campanha presidencial de Fernando Collor de Mello e também no movimento que resultou na sua queda. Nas duas situações, a mídia atuou de forma decisiva como mostra o livro *A imprensa faz e desfaz um Presidente. O papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor* (Lattman-Weltman, 1994).

Cabe lembrar que o ex-presidente pertencia a uma família de políticos: tanto seu avô gaúcho Lindolfo Collor (que fora o primeiro ministro do Trabalho do governo Vargas), como seu pai, o senador Arnon de Mello (que governou Alagoas entre 1950-1954), exerceram o jornalismo antes de se dedicarem exclusivamente à militância política. A família Arnon de Mello tornou-se proprietária de um conglomerado de comunicação que englobava, além do jornal *Gazeta de Alagoas* (que chegou a ser dirigida por Fernando Collor), um parque gráfico, uma emissora de rádio e um canal de televisão conveniado à Rede Globo.

No entanto, nesse momento, a atuação da mídia brasileira não representou nenhuma novidade, pois eleger e derrubar governos já eram uma tradição da imprensa, que havia demonstrado, em períodos anteriores, sua capacidade de construir e destruir líderes políticos.

---

<sup>2</sup> Samuel Wainer criou o jornal *Última Hora*, que se destacou pelo apoio irrestrito a Getúlio Vargas durante seu Segundo Governo e foi, também, o incentivador de sua candidatura à Presidência da República em 1950.

Durante o segundo governo Vargas, as mídias da época puseram em campo suas armas de luta, já mais poderosas nesse momento, porque, tanto as emissoras de rádio, quanto os primeiros canais de televisão, participaram na articulação das inúmeras batalhas travadas contra o presidente eleito. O conglomerado de comunicação mais importante da época, o *Diários Associados* – composto por jornais, rádios (*Rádio Globo*, especialmente) e duas emissoras de televisão (*TV Tupi* do Rio e *TV Tupi* de São Paulo, as primeiras do Brasil) – participou ativamente dessa guerra, mas o comando central cabia à imprensa lacerdista. A campanha opositora orquestrada pelo líder udenista – Carlos Lacerda - contou com a participação efetiva de importantes jornais da grande imprensa como o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, mas a *Tribuna da Imprensa* (criada por Lacerda) foi o principal arauto da campanha. Além dos jornais de grande circulação nacional, também se integraram na luta importantes órgãos de imprensa estadual.

A queda de Vargas representou uma expressiva vitória das mídias, segundo seus representantes, contra o populismo. Getúlio Vargas, apesar de ter mantido os órgãos de imprensa sob censura ao longo do Estado Novo, nesse novo período não exerceu controle sobre os meios de comunicação e nem contava com esse arsenal de guerra: a *Última Hora* de Samuel Wainer lutou muito pela sua manutenção no poder, mas as forças eram muito desiguais.

A mídia fortalecida com essa vitória teve a oportunidade de demonstrar novamente seu potencial de luta durante o governo de João Goulart, herdeiro político do inimigo “populista” derrotado em 1954. A batalha teve início quando Jango assumiu a Presidência da República em 1961, e terminou com a derrota do “inimigo herdeiro” em 1964. Nesse período, as mídias não só travaram luta aguerrida contra o governante através de intensa propaganda política, mas seus representantes (proprietários, editores, redatores) também participaram diretamente nas articulações do Golpe de 1964: além da presença em reuniões com militares, empresários e políticos fizeram doações necessárias à montagem das estratégias da luta que resultou na vitória do complô civil-militar uma vez mais contra o populismo, desta vez identificado com o comunismo.

## II – Populismo: a história de um conceito

Inúmeras são as definições de populismo e populista. O termo é elástico e se presta a múltiplos usos. No *Dicionário Aurélio*, populismo é definido como “simpatia pelo povo”, e populista significa quem é “amigo do povo”.

Nas consultas à *Wikipédia (Enciclopédia livre)*, o termo populismo é definido, resumidamente, como: uma forma de governar na qual o governante utiliza vários recursos para obter apoio popular, ou como um modo de exercício do poder que se caracteriza pelo contato direto com as massas urbanas. Populista significa o líder carismático que estabelece vínculo emocional com o povo.<sup>3</sup>

No entanto, tais sínteses do significado dos termos estão longe de dar conta de um fenômeno tão complexo e diversificado.

## 1. A formulação do conceito

O conceito de populismo é polêmico. No entanto, ele se fundamenta em teorias construídas por diferentes autores em diferentes épocas. Na Rússia do final do século XIX, populismo significou um movimento que visava transferir o poder político às comunas camponesas por meio de uma reforma agrária radical definida como “partilha negra”. Já nos EUA, o populismo foi um movimento que ocorreu nessa mesma época, mas com objetivo diverso: propunha o incentivo à pequena agricultura através de uma política econômica que favorecesse a expansão da base monetária e o crédito.

O termo reaparece na América Latina a partir dos anos 1930. Algumas experiências políticas estudadas por historiadores e cientistas sociais foram definidas como populistas. Três delas passaram a ser consideradas os modelos mais expressivos de política populista: o “cardenismo” mexicano (1934-1940), o “varguismo” no Brasil (1930-1945 e 1950-1954) e o “peronismo” argentino (1946-1955). Há semelhanças e diferenças entre essas experiências constatadas a partir de análises comparativas. Os aspectos comuns são: 1) projeto de modernização do país baseado num Estado intervencionista e promotor do desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização; 2) presença de um líder político carismático que conquista o apoio das massas; preocupação com a questão social e formulação de leis trabalhistas. Quanto às diferenças, elas são inúmeras a ponto de permitir o questionamento desses modelos.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Populismo>. Acesso em: 20 de dezembro 2013.

A construção do conceito de populismo em relação a experiências latino-americanas ocorreu na década de 1950. Ele se fundamentou na teoria da modernização formulada pelos sociólogos Gino Germani e Torquato di Tella, que tiveram muitos seguidores no continente, sobretudo no Brasil.

Segundo essa teoria, o populismo surgiu num contexto de migração dos trabalhadores do campo para a cidade como fruto da transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, ou seja, do modelo de desenvolvimento de base agrário para o urbano/industrial. Essa transição, que em muitos países da América Latina teve início a partir do abalo do setor agrário em decorrência da crise de 1929, provocou deslocamento de grande parte da população do campo para a cidade. Segundo os autores, a origem rural dos trabalhadores migrantes, que careciam de experiência de luta política organizada e não tinham consciência de seus direitos e deveres, tornava-os vulneráveis à manipulação dos líderes carismáticos.

De acordo com essa concepção, o comportamento político das classes trabalhadoras foi entendido como reflexo das condições estruturais socioeconômicas. Quanto à política populista, mescla de valores tradicionais e modernos, ela foi concebida como etapa necessária à passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna capitalista e democrática.

Autores brasileiros se valeram dessa teoria para explicar a experiência varguista, definida como “populista”. Ela também foi entendida como etapa transitória de uma forma de desenvolvimento econômico baseado no setor agrário para o industrial e a transição se caracterizava também pelo deslocamento das populações rurais marcadas por “relações clientelistas” para a cidade.

Como mostra Angela de Castro Gomes (2001), um grupo de intelectuais conhecido como “Grupo de Itatiaia” formulou as primeiras análises sobre o populismo no Brasil, influenciado pelas ideias de Germani e di Tella. Esses intelectuais definiram o populismo como uma política de massas voltada para trabalhadores que migraram do campo para a cidade e que desconheciam as formas de organização e prática política do “proletariado” urbano.

Esses autores se preocuparam em apontar soluções para a superação da política populista. Neste sentido, sugeriam mudanças em relação à classe dirigente, enfraquecida na sua representatividade política e, portanto, incapaz de conquistar o apoio das “massas

emergentes” manobradas pelo líder populista, carismático e dotado de capacidade de mobilização das massas.<sup>4</sup>

Em síntese, o conceito de populismo no Brasil foi construído a partir de três elementos: um proletariado sem consciência de classe, uma classe dirigente em crise de hegemonia e um líder carismático manipulador das massas.

Posteriormente, os estudos de Francisco Weffort sobre o populismo representaram uma contribuição importante para a revisão dessas análises anteriores. Segundo o autor (Weffort, 1978), o populismo surgiu após um processo de transformação da sociedade brasileira a partir de 1930 e se manifestou de duas maneiras: como um estilo de governo e como uma política de massas.

Weffort interpretou o fenômeno a partir de dois níveis: o das determinações estruturais e o das conjunturas (campo da história). Propôs que, ao se analisar esse fenômeno, fossem recuperadas as situações históricas específicas para se chegar à compreensão da política populista, que se caracterizava sobretudo pela presença de um estado de compromisso e pela emergência das classes populares no cenário político.

Octávio Ianni, também se dedicou à análise do populismo, procurando entender um momento importante da história política brasileira que antecedeu o golpe de 1964. Em sua obra, *O colapso do populismo no Brasil*, publicada em 1968, procurou delimitar temporalmente o populismo entre os anos de 1945 e 1964, período que denomina como “democracia populista”. Ele interpretou o golpe de 1964 como resultado do esgotamento do “populismo” no Brasil, isto é, como colapso de um modelo de desenvolvimento econômico característico de um período de transição econômica e social, conduzido por um Estado intervencionista e por líderes carismáticos que buscavam se legitimar através da política de massas.

O autor entendia essa política de massas a partir dos mesmos parâmetros de análise da teoria da modernização, ou seja, ela significava uma forma de organização e controle da classe trabalhadora utilizada como força política. Essa classe, segundo o autor, era facilmente galvanizada e instrumentalizada pelas lideranças carismáticas em

---

<sup>4</sup>Angela de Castro Gomes (2001) esclarece que os intelectuais integrantes do *Grupo de Itatiaia* começaram a se reunir em agosto de 1952, com o intuito de discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país. Acabaram criando o *Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política* (IBESP), que publicava os *Cadernos do nosso tempo*. Os principais responsáveis pelo *Grupo* foram Alberto Guerreiro Ramos e Helio Jaguaribe.

virtude da sua origem rural, seu atraso cultural, sua inexperiência política e ausência de consciência de classe.

## 2. As críticas às teorias sobre o populismo

Os críticos dessas teorias afirmam que elas se orientam por uma perspectiva marcada pelo “progressismo”, porque tomam as sociedades “modernas” capitalistas europeia ou norte-americana como modelos de desenvolvimento para as sociedades “tradicionais”. Tal perspectiva entende a história como um processo evolutivo que caminha por etapas e sempre na mesma direção. Ou seja, ela se baseia numa concepção de tempo linear muito questionada atualmente pelos historiadores e outros cientistas sociais.

O golpe de 1964, que implantou o regime militar no país, pôs em xeque essas teses que apostavam na consolidação da sociedade moderna, capitalista e democrática no Brasil. No entanto, os questionamentos mais fortes à teoria sobre o populismo começaram a ser elaborados nas décadas de 1970 e 1980, e se desenvolveram relacionadas ao contexto político da redemocratização do país.

Nesse contexto surgiram movimentos sociais diversos que apresentavam novas formas de organização e armas de luta, bem como demandas específicas relacionadas a *direitos, liberdade e justiça*. Teve início, também, a luta dos trabalhadores orientada por novas práticas políticas. O movimento operário que surgia tinha como objetivo quebrar a tutela autoritária do Estado sobre os sindicatos e pôr fim à política corporativista do período varguista. Esses fenômenos sociais inéditos contribuíram não só para modificar o cenário político do período, mas também para repensar a história do movimento operário. A partir dessas mudanças, o período varguista passou a ser alvo de grande revisão analítica, sobretudo no que se referia à questão social.

Muitos intelectuais de diferentes áreas passaram a rever os parâmetros de análise sobre os movimentos sociais, com o intuito de melhor compreender as experiências do presente. Pesquisas inovadoras sobre o movimento operário foram realizadas com o objetivo de reavaliar a atuação dessa classe frente à política varguista nos seus diferentes momentos. Os autores procuraram resgatar o papel dos trabalhadores como sujeitos ativos do processo histórico, capazes de realizar escolhas a

partir de um determinado campo de possibilidades. As conclusões desses estudos serviram de base para a contestação das interpretações anteriores, baseadas no conceito de populismo, que se referiam à manipulação e cooptação dos trabalhadores pelo Estado, representado por um líder carismático e demagogo. Tais perspectivas sugeriam a passividade dessa classe em relação à política trabalhista. A descoberta de formas de resistência variadas frente ao poder controlador possibilitou o questionamento das teses sobre o papel do trabalhador na perspectiva do populismo.

Os argumentos críticos insistiam no fato de que as teorias sobre o populismo explicavam o conflito de classes como resultado de disfunções do sistema e não como chave para a compreensão das transformações sociais e políticas, nas quais as classes populares se inseriam como agentes do processo histórico e não como consequência dele.

Embora as análises sobre o populismo tenham sentido crítico, a questão é até hoje polêmica e alguns autores a interpretam de forma positiva como é o caso de Ernesto Laclau (2005). O autor afirma que o termo populismo está longe de ser consenso entre os acadêmicos, mas rejeita a carga pejorativa que assumiu nas últimas décadas. Define a política populista como um mecanismo de integração das massas na vida política, favorecendo o desenvolvimento econômico e social. Considera que ela significa a melhor forma de organização política porque valoriza e estimula formas de representação de classes até então excluídas desse universo.

Além de posições como a de Laclau, cabe mencionar também as interpretações que, embora critiquem a política populista no que se refere à forma autoritária e controladora do poder, mas salientam o fato de que, pela primeira vez na história dos países latino-americanos, as “massas” excluídas tiveram possibilidade de participação política.

No caso do período varguista, Angela de Castro Gomes (1988) mostra muito bem como, nesse período, a relação trabalhador/cidadão, que fundamentava a política trabalhista, permitia a valorização do trabalhador como membro socialmente útil, digno de respeito e de proteção do Estado. A “cidadania”, neste caso, não se caracterizava pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse dos direitos sociais. No estudo comparado que realizei sobre o varguismo e peronismo (Capelato, 2009), deixei clara a minha identificação com as colocações da autora, tanto no que se refere à perspectiva

crítica com relação ao caráter autoritário dessas políticas, mas também no que diz respeito às análises que não levam em conta os benefícios sociais que elas trouxeram para a classe trabalhadora ao atender suas antigas reivindicações de direitos sociais. Nesse estudo, procurei mostrar que, apesar das críticas que apresento, tanto em relação ao regime varguista como ao peronista, não se pode negar que eles possibilitaram uma presença social e política muito maior da classe trabalhadora na sociedade brasileira e argentina, apesar do controle que foi exercido sobre elas.

### III – Populismo e mídia: do conceito aos preconceitos

Como já foi dito antes, as definições sobre o populismo são imprecisas e a construção de tipologias que procuraram agregar formas distintas do fenômeno e agrupá-las em categorias não deram conta das historicidades dessas experiências. Isto porque englobavam casos diversos, ocorridos em conjunturas históricas diferentes. As tentativas de caracterizar personagens e partidos políticos como populistas também não tiveram bom resultado porque agregavam lideranças políticas com perfis muito diferenciados, ideologias díspares e até mesmo antagônicas. No Brasil, por exemplo, foram identificados como populistas Getúlio Vargas, Adhemar de Barros, Jânio Quadros, João Goulart, Leonel Brizola, Paulo Maluf e, mais recentemente, Luis Inácio Lula da Silva.

Enquanto líderes como Getúlio Vargas e João Goulart foram, e continuam sendo, identificados como populistas pelos adversários em razão de suas ideias e ações políticas, outros, como Paulo Maluf e Jânio Quadros, receberam a mesma alcunha, mas eram vistos de forma positiva pelos setores que se identificavam com seus estilos políticos por diferentes motivos: o primeiro, porque conquistou apoio entre setores da sociedade que tinham empatia com sua forma de administrar marcada pelo empreendedorismo e combate à violência usando métodos radicais (o uso da Rota para exterminar bandidos) e o segundo, porque assumiu medidas autoritárias justificadas em nome da “moral e bons costumes” ou da “lei e ordem”.

Todos esses personagens eram identificados como populistas por seus adversários políticos. Tratados como inimigos na luta política, eram desqualificados a partir de adjetivos pejorativos como manipuladores, personalistas, maquiavélicos,

demagogos. Também eram desqualificados os setores populares que apoiavam os “líderes populistas”: neste caso, eram definidos como “povo” ou “massa” apática, alienada, atrasada.

No calor da luta política, não se tratava de “usar palavras adequadas”, mas de empregar termos capazes de provocar impacto e denegrir a imagem do adversário. Por esse motivo, as ações dos “líderes populistas” foram mais julgadas do que compreendidas: julgadas, tanto no bom, como no mau sentido.

Getúlio Vargas, exemplo máximo do populismo no Brasil, tanto foi aplaudido como desqualificado. Chegou ao poder em 1930 aclamado como líder de um movimento vitorioso que derrubou o regime anterior, que passou a ser definido pejorativamente como “República Velha”. Anos mais tarde, tornou-se “ditador” legitimado pela Constituição autoritária de 1937, mas derrubado do poder em 1945 a partir de um movimento democrático. Em 1950 voltou ao poder “nos braços do povo”, que o elegeu presidente da República.

O epíteto de "pai dos pobres" cunhado por seus adeptos e até hoje repetido pelos que cultuam a sua memória, revela sua popularidade entre os que se sentiram beneficiados por sua política de reformas trabalhistas, há tempos reivindicadas pelos operariados. No entanto, seus adversários atribuíam sua popularidade à postura demagógica do governante e criticavam as referidas reformas, alegando que elas produziram um sindicato pelego.

A imagem de Getúlio Vargas foi ainda mais estigmatizada durante seu segundo governo. Alvo de uma direita aguerrida, capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN), liderada por seu maior adversário – Carlos Lacerda –, tanto sua pessoa como seus projetos e ações políticas foram bombardeados do início ao fim de seu mandato. Medidas de caráter nacionalista ou estatizantes, bem como a política social que teve continuidade nos anos 1950, foram tão desqualificadas como sua postura política identificada como despótica, caudilhesca, em suma, populista.

Nos jornais brasileiros da década de 1940, os termos populismo/populista apareciam frequentemente, mas com sentido positivo e usado como sinônimo de “popular”. No entanto, a partir da década de 1950 e 1960, a palavra passou por uma metamorfose em dois sentidos: primeiro, entre os acadêmicos, o fenômeno tornou-se objeto de estudo e populismo transformou-se em conceito como procurei mostrar

anteriormente; e, segundo, quando passou a ser empregado na mídia antivarguista, adquiriu conotação fortemente pejorativa porque se transformou em arma de luta política.

Para mostrar como essa batalha era travada através das mídias, optei por privilegiar o período do segundo governo Vargas (1950-1954) e o período que antecede o golpe de 1964. A escolha se justifica porque foi nesses dois momentos que as paixões políticas chegaram ao ápice e as palavras se transformaram em “balas” desferidas contra os adversários.

## 1. A campanha antivarguista na mídia dos anos 1950

Carlos Lacerda, o “general” da guerra, desferiu combate mortal contra Vargas desde a campanha presidencial e sua principal arma foi a *Tribuna da Imprensa*. No entanto, outros jornais da grande imprensa participaram ativamente da batalha contra Vargas, seus adeptos e seus cabos eleitorais.

Nas páginas da “boa imprensa” condenava-se, diariamente, a “política populista” mencionada como exemplo de “práticas vulgares” e “demagógicas”. Meses antes da eleição presidencial de 1950, Carlos Lacerda publicou, na edição de 1º de julho da *Tribuna da Imprensa*, a seguinte frase: “O Senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito não deve tomar posse. Empossado devemos recorrer à Revolução para impedi-lo de governar”. A intenção golpista já estava anunciada nesse momento.

No jornal *Correio da Manhã*, que também atuava, intensamente, na campanha antivarguista, havia uma *Coluna de Opinião* na qual o colunista sempre se referia ao presidente Vargas como populista, ditador, totalitário, caudilho.

No dia 20 de outubro de 1950, quando ainda não havia terminado a apuração dos votos, o *Correio da Manhã* publicou, em manchete de primeira página, a seguinte frase: “Comunistas e pessedistas votaram no Senhor Getúlio Vargas”.

Na mesma página, foram publicadas outras colunas com referências desabonadoras com relação ao presidente eleito. Nelas foram publicadas frases que anunciavam a posição que assumiriam frente ao novo governo. Uma delas se referia à “Independência em face do futuro governo”, e na outra era explicitada a postura que

seria assumida pelo partido adversário: “A UDN reafirma sua posição de vigilância e resistência *democrática*”. Em outra, aparece um comentário sutil e malévolo a propósito da votação; o título da coluna era o seguinte: “O que revelam as urnas. As preferências dos hansenianos”. O texto que acompanhava o título dizia: “Nessa seção onde os mesários usavam luvas, as urnas mostraram o seguinte resultado: Getúlio Vargas 84; Brigadeiro Eduardo Gomes 24 e Cristiano Machado 4”, ou seja, os “hansenianos eram varguistas”.

Carlos Lacerda, inconformado com a vitória de Vargas, entrou com recurso na Justiça Eleitoral contra a diplomação do presidente eleito, alegando a tese que defendia “maioria absoluta”. Como o recurso foi recusado, o líder da UDN apelou para as Forças Armadas, mas a proposta de golpe foi barrada pelos setores legalistas.

A partir da posse de Getúlio Vargas, muitos ataques foram feitos ao governante, não só através dos jornais adversários, mas também pela Rádio Globo, muito frequentada por Carlos Lacerda. No entanto, foi a partir da crise de 1954, em grande parte provocada pelo líder da UDN, que o tom sarcástico, difamatório e ameaçador aumentou significativamente nos órgãos de imprensa.

Em julho de 1954, manchetes alarmistas foram publicadas na *Tribuna da Imprensa*, como a que segue: “Etapa final para o golpe de Estado”. Em editorial de 1º de agosto, Lutero Vargas foi atacado no jornal através do título de uma matéria: “Por que Lutero é ladrão”. No dia seguinte, a manchete do periódico acusava o governo nos mesmos termos: “Somos um povo honrado governado por ladrões”.

Quando ocorreu o episódio da rua Toneleros, Lacerda culpou Getúlio Vargas pelo atentado, referindo-se ao presidente como seu mentor intelectual. Atacou-o como responsável por “Um regime de corrupção e terror” e prosseguiu nos dias seguintes (5 e 6 de agosto), quando foram feitas outras acusações, como a seguinte: “O governo de Getúlio Vargas é, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e de loucura”.

Na rádio *Globo*, havia um programa intitulado “Fala a UDN”, através do qual Lacerda repetiu seus ataques contra o governo, passando a pedir, abertamente, a sua renúncia. Em 11 de agosto, o apelo foi publicado no jornal nos seguintes termos: “A Getúlio Vargas dirijo, de todo coração, um apelo supremo; presidente da república, renuncia para salvar a República. (...) Sai do poder, Getúlio Vargas, se queres ainda

merecer algum respeito como criatura humana, já que perdeste o direito de ser acatado como chefe do governo”.

Após o suicídio de Vargas e a divulgação de sua “Carta Testamento”, a situação se inverteu porque o ato provocou uma onda de indignação nacional contra os seus adversários. Lacerda e seus aliados foram hostilizados: a sede do jornal *Tribuna da Imprensa* foi atacada por populares e seu proprietário foi obrigado a pedir proteção na Embaixada dos EUA.<sup>5</sup>

O atentado da rua Toneleros consolidou Carlos Lacerda como ícone do antivarguismo e inimigo maior de seus herdeiros.

## 2. A campanha contra o herdeiro de Vargas na mídia dos anos 1960

João Goulart, desde que apareceu no cenário político como “apadrinhado” por Vargas, foi alvo de ataques dos antivarguistas. Candidato a senador em 1954, foi “desmoralizado” na edição de 2 de agosto da *Tribuna da Imprensa* nos seguintes termos: “Esse trabalhista de ‘boite’ arregaça as mangas da camisa na farra e depois, por se apresentar assim descomposto, finge ser amigo do trabalhador”.

Os jornais da grande imprensa carioca e paulista sempre fizeram oposição ao herdeiro político de Vargas, considerado seguidor de sua política populista. Mas os ataques se intensificaram quando, após ter sido eleito vice-presidente, teve que assumir a presidência após a renúncia intempestiva de Jânio Quadros.

Seus antigos adversários participaram de articulações para impedir sua posse na presidência da República. Como a iniciativa não teve êxito, a luta contra Jango Goulart prosseguiu através dos veículos de comunicação: desde o início fizeram intensa campanha contra seu governo e, ao longo do seu mandato, foram participando de articulações preparatórias do golpe que foi vitorioso em 1964.

Os representantes do *Correio da Manhã*, que haviam participado do movimento que resultou na queda de Vargas em 1945, também atuaram na campanha política antivarguista entre 1950-1954 e colaboraram, como “nunca dantes”, na preparação do golpe contra Jango Goulart.

---

<sup>5</sup> As informações e citações do jornal *Tribuna da Imprensa* foram retiradas de Delgado, 2005. A propósito do tema Carlos Lacerda, cabe mencionar também o seguinte trabalho: Mendonça, 2002.

A vitória do “complô civil-militar” foi festejada, com grande júbilo, nos jornais de maior circulação. As manchetes e títulos de editoriais, artigos e colunas, produzidos por ocasião da festa, revelavam a euforia reinante e o grau de preconceito que o chamado “populismo” suscitava nas “elites democráticas” do país. Os comentários publicados na imprensa também expressavam a hostilidade em relação ao adversário.

No dia 31 de março de 1964, o *Correio da Manhã* publicou dois editoriais que entraram para a história. Cabe mencionar o título dos editoriais e os dizeres que os acompanharam: “Basta!”, “O Brasil já sofreu demais com o governo atual. Agora Basta”; “Fora!”, “Só há uma coisa a dizer ao Sr. Jango Goulart: saia”.

Na *Tribuna da Imprensa* foi publicado o seguinte comentário:

Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, *infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas*. Um dos maiores *gatunos* que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes *covardes* que ela já conheceu (*Tribuna da Imprensa*, 02/04/1964, grifos nossos).

No jornal *O Globo*, o golpe foi justificado como uma vitória contra o “populismo”, neste caso identificado com o *comunismo*, como mostra o seguinte comentário:

Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada. [...] Atendendo aos anseios nacionais de paz, tranquilidade e progresso, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos *vermelhos* que haviam envolvido o Executivo Federal (*O Globo*, 02/04/1964, grifo nosso).

*O Estado de S. Paulo* festejou o “Triunfo da democracia sobre a *ditadura*”, comentando: “Dentro de poucas horas essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao *caudilho* que a nação jamais se vergará às suas imposições” (*O Estado de S. Paulo*, 01/04/1964, grifo nosso).

#### IV – Releituras do populismo: usos políticos do passado

A história do populismo no Brasil está fortemente associada à figura de Getúlio Vargas. A discussão sobre este tema, hoje, como em outros momentos do passado, suscita paixões que se expressam através de seus defensores e detratores.

O uso político do conceito “populismo”, aplicado com sentido pejorativo a governantes latino-americanos como Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa, Ollanta Humala, Cristina Kirchner e Luis Inácio Lula da Silva por seus opositores e amplamente incentivado pela mídia de oposição, permite-nos refletir sobre os “usos políticos do passado”, questão que vem sendo abordada atualmente pelos historiadores de ofício.<sup>6</sup>

Como procurei mostrar anteriormente o uso político do termo populismo faz com que o conceito, construído nas décadas de 1950/60, perca o seu conteúdo analítico e, neste caso, a palavra se transforme em arma de luta manejada pelos adversários.

No caso brasileiro, a identificação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o ex-presidente Getúlio Vargas, ambos definidos como populistas, sugere continuidade em relação a suas políticas o que significa uma artimanha para desqualificar um governo que terminou com alto índice de popularidade, mas não agradou os herdeiros do antigetulismo. Esse tipo de associação entre os dois governantes, que representa uma releitura comprometida do passado, tem sido alvo de questionamento por parte dos historiadores, que procuram alertar o leitor leigo para o fato de que os “usos políticos do passado” nunca são inocentes e deformam a história.

Tão negativo quanto esse uso impróprio do passado é a transformação de conceitos em palavras de ordem. O tempo histórico, como é sabido até pelos que não praticam o ofício de historiador, é único e irreversível, portanto, a “presentificação” do passado produz uma deformidade que, neste caso, é mais danosa, porque intencional e com fins alheios ao conhecimento histórico. No que se refere aos conceitos, eles são historicamente construídos e passíveis de revisão de acordo com as questões que são colocadas no presente em relação ao passado ao qual ele se refere. No entanto, sua transformação em palavra de ordem com sentido político, positivo ou negativo, significa deturpar o seu sentido.

---

<sup>6</sup> Vários historiadores têm se preocupado em discutir essa questão, entre eles François Hartog e Jacques Revel, que organizaram um livro intitulado *Les usages politiques du passé*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2004.

A partir desse preâmbulo, pretendo mostrar o significado das releituras do populismo no presente.

O cinquentenário da morte de Vargas, em 2004, deu ensejo a polêmicas acirradas em torno do seu legado. O debate ultrapassou os muros da academia e se inseriu nas discussões entre políticos e em comentários na mídia. Nesse momento celebrativo, o uso político do passado “populista” ficou muito evidente.

Com a redemocratização do país e a consolidação da chamada “Nova República”, o “período populista” definido por Octavio Ianni como a “Era Vargas” passou a ser lembrado, uma vez mais, a partir de uma perspectiva negativa, mas com novo enfoque.

Grupos políticos do passado, que propunham a consolidação da democracia a partir de projetos distintos dos que foram postos em prática nas décadas anteriores ao golpe de 1964, juntamente com representantes de uma geração que se orienta por pressupostos políticos novos, relacionados à profunda mudança de conjuntura mundial das últimas décadas, revisitaram a “Era Vargas”. Nessa volta ao passado, a “política populista” foi identificada como antimodelo para a política dos novos tempos.

Como os padrões internacionais de desenvolvimento econômico se transformaram, o modelo anterior, que privilegiava a intervenção do Estado na economia e na área social, foi considerado por essas correntes totalmente ultrapassado. A propósito, cabe aqui lembrar o famoso pronunciamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando afirmou a necessidade de “acabar com a Era Vargas”. Tal declaração poderia ser interpretada como uma justificativa da opção assumida por ele em seu governo, ou seja, de alinhamento com certos padrões neoliberais, como o apoio à economia de mercado, ao livre comércio e ao fim do “Estado paternalista”.

Mais recentemente, o governo Lula foi inserido nesse debate que exorciza o passado populista. As opiniões se dividiram entre os defensores da preservação do “legado Vargas” e os que propunham sua completa eliminação. Foi nesse contexto que o presidente Lula passou a ser identificado por alguns grupos políticos como populista e a mídia, uma vez mais, explorou tal associação com sentido pejorativo.

Como resultado dessa aproximação entre Lula e Vargas, foi construído um “imaginário lulista” que muito se distancia de sua imagem de líder sindicalista que lutou contra o sindicalismo corporativista e pelego, e de membro fundador do Partido dos

Trabalhadores (PT). Em seu novo retrato, Lula aparece como um líder populista, carismático e demagogo.

Essa transformação da imagem revela muito bem como se processa o “uso político do passado” e os resultados que ele apresenta: o líder Lula do passado, que emergiu na cena política como uma espécie de “herói” capaz de transformar o país foi substituído por um Lula anti-herói criado à imagem e semelhança de Vargas, ou seja, populista, demagogo e herdeiro do legado varguista.

Espero ter esclarecido, com este exemplo, a importância da crítica à releitura do passado com fins políticos. Muitos historiadores, dentre os quais me incluo, têm se preocupado em abordar essa questão que considero especialmente importante quando se trata da história do populismo no Brasil que, como procurei mostrar, se confunde com a história da política varguista.

Getúlio Vargas foi, sem dúvida, um dos líderes mais expressivos da história brasileira, mas a sua política (que não foi a mesma, porque se modificou em várias circunstâncias) tem a marca do seu tempo. As tentativas de reproduzi-la ou de impedir que ela se reproduza na atualidade carecem de sentido, porque a característica fundamental da história, como já foi dito antes, é que ela não se repete.

O processo histórico se caracteriza por continuidades e mudanças e cabe ao historiador compreender um passado que, ao mesmo tempo, muda e continua. Esta tarefa se diferencia totalmente dos motivos que levam atores do presente a fazerem uso político de aspectos de um tempo que não voltará.

No caso do populismo brasileiro, cabe ao historiador e outros cientistas sociais explicar que Lula não é Getúlio Vargas nem Jango Goulart. E procurar mostrar também porque Lula não é Hugo Chávez, nem Evo Morales, nem Rafael Correa, nem Ollanta Humala, nem Cristina Kirchner. Afirmar, como fazem certos políticos e certos representantes das mídias atreladas a compromissos econômicos e políticos, que todos esses governantes são populistas em nada contribui para o entendimento da complexa realidade política dos países vizinhos, bem como para a compreensão das diferenças e semelhanças que existem entre as políticas que estão sendo postas em prática neste subcontinente.

## Referências bibliográficas

- Almino, João. *O Segredo e a Informação: ética e política no espaço público*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Capelato, Maria Helena. *Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e peronismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Delgado, Marcio de Paiva. “O jornalista e o político Carlos Lacerda nas crises institucionais de 1950-55”. In: *Anais do I Colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, junho de 2005.
- Gomes, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: Ferreira, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-58.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- HARTOG, François; Revel, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2004.
- Ianni, Octavio. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Laclau, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- Lattaman-Weltman, Fernando et al. *A imprensa faz e desfaz um Presidente. O papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994.
- Mendonça, Marina Gusmão. *O Demolidor de Presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda*. São Paulo: Códex, 2002.
- Wainer, Samuel. *Seminário de Jornalismo*. Folha de S. Paulo, 1986.
- Weffort, Francisco. “Jornais são partidos?”. In *Revista Lua Nova*, vol.1, no. 2, jul/set 1984.
- \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.